

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **O cotidiano das famílias indígenas da Comarca de São Jorge dos Ilhéus através dos documentos, 1758-1820.**

Teresinha Marcis\*

**Resumo** - Esse trabalho busca perceber, no discurso das autoridades, o cotidiano das famílias indígenas comuns, focalizando as atividades econômicas desenvolvidas nas vilas de Barcelos, Santarém e Olivença situadas no litoral sul da Bahia no período entre 1758 a 1820.

**Palavras-chaves:** Índios – Fontes – Bahia.

**Abstract** - This work explore in the speech of the authorities, the daily one of the Indians families, focusing the developed economic activities in the villages of Barcelos, Santarém and Olivença in the south coast of the Bahia, between 1758 to 1820.

**Keywords:** Indians - Sources - Bahia.

#### **Introdução**

Nesse artigo buscou-se reconstruir uma descrição narrativa sobre o cotidiano das famílias indígenas moradoras das vilas de Nova Olivença, Nova Santarém e Nova Barcelos - todas originadas dos aldeamentos administrados pelos jesuítas e localizadas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus no litoral sul da Bahia. O aspecto desvelado foram as atividades “ordinárias” realizadas por homens e mulheres para subsistência no espaço social das vilas indígenas, focalizando, o processo desenvolvido para a realização dessas atividades e como foram percebidas pelos autores que as registraram.

Três documentos foram as principais referências: o manuscrito “Respostas (...), 1768”,<sup>1</sup> composto por mais de vinte e cinco respostas relativas as questões sociais, políticas e econômicas das vilas e dos moradores indígenas. Esse documento foi produzido pelo Ouvidor da Comarca da Bahia Luis Freire de Veras, encarregado da criação das Vilas nas Aldeias Jesuíticas da antiga Capitania de Ilhéus; os dois outros foram produzidos por Baltazar

---

\* Mestre em História Social pela UFBA. Professora Visitante da UESC.

<sup>1</sup> Agradeço a Marcelo H. Dias pela cessão da cópia e da transcrição do manuscrito. As respostas trabalhadas nesse artigo são referentes às seguintes questões numéricas: 1 quantos são; 2 habitações; 3 língua; 5 terras; 7 roças; 11 ofícios; 13 alimentação, vestuário, agricultura, trabalho, comércio.

da Silva Lisboa, sendo o OFÍCIO (1799) enquanto fora Ouvidor da Comarca de Ilhéus, e MEMÓRIA, (1802) quando era o Juiz Conservador das Matas.<sup>2</sup>

A leitura das fontes orientou-se para a exploração do discurso das autoridades, procurando extrair, das diversas referências ao trabalho dos índios, como eram realizadas as atividades cotidianas, dentro e fora do espaço social da vila. Vale ressaltar que a tentativa de contextualizar os processos, geralmente pouco explicados nos documentos, sugere a necessidade de compreender o que essas e outras lacunas representavam no período em que foram produzidas e, de como tais lacunas ainda podem ser “armadilhas” para as análises na atualidade (MONTEIRO, 1999; SAFIER, in PAIVA e ANASTÁCIA, 2002:427-430).

A leitura dos documentos sugere a percepção de um discurso elaborado, quase sempre sobre uma realidade exposta pelos indígenas para a observação das autoridades representantes da Coroa Portuguesa. Entendemos, portanto, que tantos os indígenas contaram ou mostraram situações mais adequadas ao observador, como esses as registraram parcialmente, segundo sua ideologia e filtrando as informações que consideravam relevantes naquele contexto. Um exemplo das lacunas, propositais ou não, é a exclusão de qualquer menção a práticas indígenas considerados traços de gentilidade, como as crenças e os rituais.

Vale ressaltar que esse artigo inspira-se nas produções dos historiadores que já se debruçaram sobre a temática, destacando as obras de John Monteiro e Maria Hilda Paraíso. Também se fundamenta na tese defendida por Marcelo H. Dias (2004:15), que redefine o papel econômico da antiga capitania de Ilhéus, tratado pela maioria dos estudos como periférica e subsidiária da economia canavieira de Salvador e do Recôncavo. Por extensão, redefine também a tese de que a população indígena dos aldeamentos praticava uma economia apenas de subsistência, defendendo a sua inserção econômica como mão-de-obra remunerada no corte e carregamento de madeiras e na construção naval, como produtores de farinha e de artesanato para comercialização, atendendo as necessidades de um mercado regional e de exportação.

### **Vida e trabalho nas vilas indígenas**

Segundo o registro das informações colhidas por Freire de Veras, levantou-se um total de 1.158 índios e índias moradores das vilas de Santarém, Barcelos e Olivença. Considerando o número da população, vale ressaltar que a Comarca de Ilhéus era pouco

---

<sup>2</sup> As referências sobre as vilas nesses documentos: Santarém OFFÍCIO, 1799:115; MEMÓRIA, 1802:117-118; Olivença OFÍCIO, 1799:109-110; MEMÓRIA, 1802:10-11; sobre Barcelos OFÍCIO, 1799:15; MEMÓRIA, 1802: 113-114.

povoada, com 16.581 pessoas, superior apenas a Capitania de Porto Seguro.<sup>3</sup> Por esses dados, os indígenas moradores das vilas representavam 6,9% da população da Comarca.

Tabela 1- MORADORES DAS INDÍGENAS SEGUNDO CÁLCULOS DE LUIS FREIRE DE VERAS E BALTAZAR DA SILVA LISBOA – 1768 E 1799/1802.

Vilas	Contagem de Freire de Veras - 1768					Silva Lisboa - 1799/1802
	Casais	Rapazes	raparigas	viúvos	Total	
Olivença	122	192	125	16	580	454
Santarém	23	28	17	02	93	200
Barcelos	22	129	103	01	485	280*
Total	167	394	245	19	1.158	934

\*Existiam mais 350 arrendatários portugueses e escravos em 1802.

Fontes: LISBOA, 1799 e 1802; FREIRE, 1768.

A população indígena das vilas era formada pelos descendentes dos tupis, falantes da língua geral, sendo que apenas um número de 40 moradores da vila de Santarém era descendente dos paiaias. Todas as informações revelam que já falavam o português e alguns poucos sabiam ler e escrever, no entanto, o Ouvidor Veras notou que tinham muita dificuldade com a língua, especialmente os rapazes de Olivença considerados menos “versados” em falar. Essa informação expõe a possibilidade desse dado ser escamoteado pelas autoridades locais, provavelmente afoitas em construir uma imagem apropriada aos olhos dos superiores.

Os índios viviam nas suas terras, a mesma légua em quadra que formava o antigo aldeamento em Barcelos e Santarém, sendo que em Olivença tinham estendido as suas posses para mais de cinco léguas. As habitações em Olivença, eram de pau a pique tapadas de barro e coberta de palha; em Barcelos, taipa sendo a maioria coberta de palha e algumas de telhas; em Santarém eram de barro, cobertas de palha. O Ouvidor observou que nas casas não tinham “trastes” ou móveis, “além de seus ornatos” - que não descreve - que em Olivença não ultrapassavam a soma de 3\$200. Dormiam em redes ou em camas de “girois”, sem nenhuma coberta por cima.

Quanto ao modo de vestir, revelou uma realidade em que quase todos andavam descalços, mas nenhum andava nu - talvez no momento da visita do Ouvidor, que reparou inclusive os cabelos das mulheres, bem tratados e muito longos. Os homens de maneira geral usavam calções e baetas de algodão. Destacou alguns poucos moradores que se diferenciam

<sup>3</sup> Em 1780 a população da Bahia era de 287.850 pessoas de ambos os sexos, incluindo crianças, (excluídos os índios e as 11 freguesias do sertão). A freguesia mais populosa era a da cidade de Salvador e seu subúrbio, seguida das vilas do Recôncavo, por exemplo, Cachoeira contava com 23.428 habitantes. (MAPPA,1780).

pela qualidade do vestuário, vestiam de calção e camisa de pano (mais fino) e linho. As mulheres vestiam camisa e saia de panos de algodão, algumas de linho. As casadas usavam roupas de algodão tingido de preto. Lisboa (1799-1802) observou uma realidade diferente, informando que andavam desnudos da cintura para cima, especialmente as mulheres de Olivença.

Essa condição de vida e moradia refletiu na construção de um cenário marcadamente pobre ou miserável pelas autoridades e demais cronistas. A razão dessa condição era vista como sendo falta de ambição e curiosidade dos índios, traços considerados da própria natureza do homem “selvagem” (CARDOSO, 1999: 359-372). Lisboa fez um interessante comentário que pode revelar, pelos termos da atualidade, “um estilo de vida”, embora não fosse o pretendido por ele, que, descrente da possibilidade mudança, estendia aos demais habitantes da Comarca de Ilhéus:

*“[é difícil] persuadir a homens tão grosseiros e insensíveis (...) largarem a vida selvagem e detestável em que vivem, se acham o maior prazer na própria nudez e na simplicidade e pelos mais delicados guisados o camarão, o marisco com os quiabos, cuscuz e muitas outras plantas, que a natureza espontaneamente lhes produz e para saborearem do peixe lhe é do mais particular gosto o limão e a pimenta que nenhum outro adubo europeu.” (OFÍCIO, 1799:107)*

Apesar dos pratos citados parecerem nutritivos na atualidade, as autoridades, que certamente se alimentavam segundo o estilo europeu, desconsideraram a riqueza da alimentação nativa, talvez pelo fato de serem frutos da selva e especialidades dos índios.

### **As atividades de subsistência**

O cotidiano dos homens e mulheres indígenas era de muito trabalho que desenvolviam de diversas formas e tempos. As atividades tinham diferentes finalidades e significados - a pesca de peixe dos rios e do mar, de mariscos e caranguejo nos mangues e a caça de animais por exemplo, além de complemento da alimentação e para comercialização, serviam como distração/passatempo e seus produtos também serviam como elementos de socialização e como presentes.

O trabalho para obtenção de alimentos ocupava maior tempo e esforço. As fontes são unânimes em negar a utilização da mão-de-obra escrava nas roças dos índios, o que não acontecia nas dos arrendatários. Segundo o Ouvidor, as terras dos índios, desde o aldeamento estavam divididas em partes: uma arrendada aos portugueses; uma reservada para novas roças e extração de lenha e madeira e, outra cultivada pelos índios. Todos cultivavam feijão, mandioca, aipim, milho, arroz e cana. Informou que “tem os ditos Índios cada casal sua roça

em particular, pois cada hum faz o seu roçado [...] quando lhes parece mais conveniente, [...] e assim vivem sem contendas sobre (sítios) de terras” (RESPOSTAS: N.7).

A observação da inexistência de desavenças ou conflitos entre os índios, verificada em relação aos limites das plantações, embora sem deixar transparecer, indica outras possibilidades de interpretações, como por exemplo o sentimento de solidariedade do grupo ou mesmo da negativa dos índios em expor as divergências e conflitos que pudessem existir internamente.

Embora todos trabalhassem, a responsabilidade maior pela produção de alimentos era das mulheres indígenas. Lisboa comentou que elas assumiam todo o sustento da família, trabalhando principalmente na lavoura: arrancavam a mandioca, ralavam e torravam para fazer a farinha, também pescavam peixes e mariscos nos mangues. Comentou que elas produziam o “cauim” – bebida fermentada da mandioca que arrancavam, ralavam e deixavam fermentar.

Lisboa não poupou suas críticas aos homens indígenas, taxando seu papel na família como preguiçoso. Baseia-se na observação da atitude dos homens de Santarém, que trabalham nos cortes de madeira nas matas, mas “quando chove” ficavam deitados na rede com fogo aos pés e o “pote de cauim”, enquanto as mulheres continuavam trabalhando.

Quanto ao cultivo dos alimentos demonstraram uma visão marcada pela concepção do índio primitivo e dependente da natureza ao informarem que produziam pouco, fazendo apenas o necessário para o sustento imediato (DESCOLA, 1999:107-124). Desconsideravam, portanto, diversos fatores naturais ou do processo de produção, tais como o tempo despendido (que nem sempre pode ser contabilizado) ou mesmo as condições climáticas e os instrumentos de trabalho utilizados. Vale ressaltar que eram os próprios homens e mulheres indígenas que fabricavam seus instrumentos de trabalho: redes e linha de pescar, o arco e flecha comumente utilizados, uma vez que, apenas poucos (20) tinham espingarda para caçar.

Portanto, existia todo um processo de produção dos artefatos de caça e pesca que implicam no exercício de transformação da natureza com aplicação de conhecimentos e técnicas apropriadas, desde a coleta da matéria-prima e a produção até a utilização e a comercialização dos produtos. Para fabricar os artefatos de pesca, por exemplo, os índios utilizavam como matéria prima o “Ticum” ou “Tucum” (provavelmente a Piaçava, palmeira nativa do sul da Bahia), uma atividade extrativa complexa que requer conhecimentos e habilidades técnicas para a coleta e preparo das fibras. Esses dados permitem deduzir que certamente existiam grupos que se especializavam em determinados setores da produção, embora para o registro das autoridades, tais atividades não foram consideradas relevantes ou

merecedoras de comentários mais pormenorizados quando se referem as habilidades e os ofícios dos índios.

A falta de maiores considerações sobre a produção de alimentos também estimula a construção das noções de que praticavam uma economia de subsistência. São poucas e difusas as informações sobre a comercialização de alimentos, como a registrada por Lisboa:

*“[de Barcelos enviaram] para a Cidade (Salvador?) 500 a 600 alqueires de farinha, 100 de arroz; 1.500 a 1600 canadas de aguardente [além da contas] cujos gêneros montão em 2:335\$500 réis no valor da moeda, pelos preços correntes e dá causa a esta exportação o viverem alguns portugueses estabelecidos com lavouras nas terras que lhe arrendam.” (MEMÓRIA, 1802:115)*

Outra atividade cotidiana realizada pela maioria da população, de ambos os sexos, era “tornear contas” para vender e fabricar os rosários, produtos também destinados à comercialização. Nesse setor as mulheres também mereceram destaque nas observações de Lisboa, principalmente em Olivença. Ele comentou que elas também eram muito hábeis na fabricação de artesanato de palha, produzindo balaios e arupembas (peneiras).

O torneamento de contas, embora tenha sido uma das atividades econômicas de maior longevidade, não mereceu maiores considerações por parte das autoridades, seja para a regulamentação da comercialização ou mesmo para apreender o processo de produção. Nos documentos aqui analisados existem diversas pistas que revelam a importância dessa atividade, por exemplo, o montante da produção comercializada na Vila de Barcelos, em 1802, foi vendida para Salvador a produção de 6.000 dúzias de contas torneadas. Outras informações são fornecidas pelos viajantes que estiveram em Olivença, como o Príncipe Maximiliano que descreve com mais detalhes, embora a explicação seja eivada de sua visão eurocêntrica na tentativa de simplificação:

*“(…) O maquinismo com que se torneia os cocos é muito simples: uma corda ligada a um arco de madeira fixo ao teto, tem preso na outra ponta um pau que se põe em movimento com o pé, o que faz as vezes de roda. Divide-se a noz em gomos alongados e subdividem-se estes depois em pequenos pedaços de dimensões convenientes para as contas do rosário, que são depois furadas e arredondadas. Um trabalhador pode fazer em um dia uma dúzia de rosários ...” (MAXIMILIANO, Apud. SALES, 1981: 75)*

Dois outros viajantes, Spix e Martius, revelaram que os índios vendiam os rosários por valor não acima de 10 réis (MARTIUS, Apud. SALES, 1981:92). Sobre os compradores, além dos jesuítas durante sua administração, quase não existem pistas, apenas a informação de que os tais peças eram levadas para a cidade da Bahia onde recebiam acabamento final sendo tingidas de preto. Portanto, essa atividade envolvia uma rede de comercialização que ultrapassava o espaço local e que não foi interrompida com a expulsão dos jesuítas. Talvez

pelo fato de ser um artigo de preço considerado “irrisório” essa atividade não somava qualitativamente para caracterizar os seus produtores e nem a própria fabricação.

### **O cotidiano de trabalho fora da vila**

Muitos homens indígenas trabalhavam fora do espaço da vila. Empregavam-se principalmente nos corte de madeira e todos os outros serviços: falquejar, serrar para fazer tabuados, transportar as madeiras geralmente pelo rio, até o lugar do carregamento dos barcos para a exportação, entre outras. Os empregadores podiam ser: o próprio reino que estabelecia feitorias para administrar os chamados “cortes reais”, ou “particulares”, portugueses que recebiam autorização para o corte de madeira.

Entre a população masculina das três vilas existia um total de 30 serradores, 04 carapinas - dois sabiam fazer canoas, 01 sapateiro, 01 alfaiate, 01 tecelão, 03 vendelhãos. Nesse setor produtivo os índios eram os trabalhadores explorados e enganados pelos empregadores, que se utilizavam de todo tipo de artimanha para enrolá-los, aproveitando-se da falta de fiscalização pelas autoridades, que por sinal, participavam ativamente de todos os imbróglios contra aqueles a quem deviam “proteger”. Geralmente recebiam, segundo Lisboa, apenas “2 patacas” por peça transportada e era comum o pagamento por espécie, como tecidos para roupas. Ele denuncia o endividamento dos índios com seus empregadores ou autoridades, uma vez que, esses assumiam a função de fornecedores dos suprimentos e mantimentos, certamente com preços majorados, especialmente a aguardente. O resultado de tal transação era o saldo sempre devedor dos índios e como consequência, a dependência ao empregador.

Na esfera do trabalho remunerado, é possível deduzir que os índios mantiveram sua resistência, muitas fundamentadas nas Leis do Reino assumindo seu *status* de súditos do rei de Portugal, situação já vivenciada desde a experiência dos aldeamentos (ALMEIDA, 2001:134-150; MONTEIRO, 1999:237-249). Eram principalmente denúncias dos maus tratos e da exploração, contra o não pagamento dos serviços prestados, e do descaso das autoridades locais quanto ao não cumprimento de suas funções. Em outras situações, fugiam e se refugiavam em outras vilas. Essa prática dos índios representava uma preocupação dos portugueses e das autoridades, que recorriam a leis antigas que proibia a saída suas povoações de origem sem consentimento. Supõe-se pelas informações de outras fontes, além de Lisboa, que as tantas “tirantias” praticadas contra os índios estavam relacionadas às duras condições de trabalho, exploração e falta de pagamentos principalmente no trabalho do corte de madeira.

O quadro representado permite estabelecer alguns comentários. Primeiramente, o cotidiano indígena era de luta pela sobrevivência coletiva, que se realizava, tanto na produção de subsistência como na produção comercial. Os índios não comercializavam apenas o excedente, como bem apontou Dias, (2004) mas desenvolviam atividades remuneradas – sendo explorados pelos portugueses a quem prestavam serviços, devido a baixa remuneração e a dependência devido às dívidas contraídas pela aquisição de suprimentos e aguardente.

Percebe-se também certa negligência por parte das autoridades e cronistas ao quanto aos processos de produção que requeriam habilidades técnicas mais especializadas. Inexistem maiores considerações, ou quando são descritos, escamoteiam de maneira a tornar muito simples sem grandes complexidades. Essas lacunas tendem a influenciar negativamente e contribuindo na construção/consolidação do estereótipo do índio como “indolentes” e “preguiçosos”, e também a continuidade da compreensão sobre as populações indígenas como passivas, muito pobres e incapazes de agirem com certa autonomia dentro da estrutura colonial.

### **Bibliografia e fontes**

SILVA LISBOA, Baltasar da. “MEMÓRIA sobre a Comarca dos Ilhéus” [1802]. in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 37, 1915, p. 1-22. - “OFÍCIO do Ouvidor da comarca para D. Rodrigo de Souza Coutinho...”, Cairu, 20 de março de 1799. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: vol.36, 1914, p.102-117.

*MAPPA da enumeração das gentes e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguezias das suas comarcas (...), dezembro de 1780.* Doc. 10.701. ANAIS DA BN. Vol. 37.

*RESPOSTAS aos quesitos retro respectivos à Aldeia de N. S. da Escada, hoje V. de Nova Olivença, Bahia e mais: N. S. das Candeias; Santo André e São Miguel de Serinhaem. 1768.* BN. F 33, ms. 512.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CARDOSO, Sérgio. *Variações em torno da felicidade do selvagem.* In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DESCOLA, Philippe. *A selvageria culta.* In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Marcelo Henrique. **A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus.** Comunicação apresentada ao XVII Ciclo de Estudos Históricos: UESC, 2004.

MONTEIRO, John. *Armas e armadilhas.* In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARAISO, Maria Hilda B. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta; índios, estradas e rios no sul da Bahia.** Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1982.

\_\_\_\_\_. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** São Paulo: Tese de doutorado em História Social, USP, 1998.

SAFIER, Neil. **Subalternidade tropical? O trabalho dos índios remador nos caminhos fluviais amazônicos.** In PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX.* São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

SALES, Fernando. **Memória de Ilhéus.** São Paulo: GRD, 1981.